

## Nas Trilhas do Saber e Fazer: Intelectualidade e Política Institucional no Piauí

On Trails of Knowing and Making:  
Intellectuality and Institutional Policy in Piauí

Pedro Pio Fontineles Filho\*

Cláudia Cristina da Silva Fontineles\*\*

**Resumo:** O presente estudo tem o objeto principal de discutir a atuação político-institucional de intelectuais, apontando para os aspectos das relações de poder no que se refere às políticas educacionais nacionais e suas ressonâncias na esfera local do estado do Piauí, sobretudo os aspectos ligados ao ensino da chamada “Literatura Piauiense”. O recorte temporal, no sentido amplo de periodização, abarca posicionamentos que vão desde a década de 1930, passando pela atuação da Faculdade de Filosofia, a implantação da Universidade Federal do Piauí, até princípios do século XXI, fazendo menção ao ensino de “Literatura Piauiense”. Para tanto, metodologicamente, o estudo se deu pela leitura analítico-interpretativa dos relatos escritos e orais de literatos e intelectuais que, de forma direta ou indireta, atuaram na estruturação de espaços de ensino no Piauí. Nesse sentido, o estudo se ancora, também, nas esferas da construção de memórias. Para tanto, como arcabouço teórico-metodológico, foram utilizadas as discussões feitas sobre fontes orais por Marieta Ferreira (2012; 1996) e Verena Alberti (2010;2007). Recorreu-se, também, às proposições de Bourdieu (2010), Compagnon (2009), Sirinelli (2003) e Chartier (2002; 1990), para compreender as interligações e noções de “campo” e suas interpenetrações com a política e o poder.

---

\*Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Especialista pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor Adjunto do Curso de História, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação (NUPEHED).

\*\*Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação (NUPEHED).

**Palavras-chave:** História. Política. Memória. Ensino.

**Abstract:** the present study has the main objective of discuss the policy and institutional action, pointing out to the aspects of the relationships of power linked to national educational policy and their resonances on local sphere Piauí, specially the aspects linked to teaching of the called “Piauiense Literature”. The temporal marks, in large sense of periodization, cover positions that go from the 1930 decade, crossing the action of Philosophy College, the implantation of the Federal University of Piauí, until the beginning of XXI century, mentioning the teaching of the “Piauiense Literature”. Therefore, methodologically, the study was done apart the analytical and interpretative reading of the telling written and oral of writers and intellectuals who, of direct or indirect way, acted in the organization of spaces of teaching in Piauí. In this sense, the present study is also based on spheres of construction of memories. Therefore, as theoretical and methodological outline, it used the discussions by Marieta Ferreira (2012; 1996) and Verena Alberti (2010;2007). It also used the proposition by Bourdieu (2010), Compagnon (2009), Sirinelli (2003) and Chartier (2002; 1990), to understand the interconnections and notions of “field” and its relations of policy and power.

**Keywords:** History. Policy. Memory. Teaching.

## Introdução

No que diz respeito à sua influência e, eventualmente, à responsabilidade, uma constatação preliminar de bom senso se impõe: ao contrário da imagem que veicula de si mesmo, o intelectual não é infalível. A intelectualidade algumas vezes pecou (SIRINELLI, 2003, p. 259).

O livro *A Geração Perdida*, de autoria de Manoel Paulo Nunes<sup>1</sup>, publicado no ano de 1979, expressa um pouco dessa perspectiva da (in)falibilidade dos intelectuais, como sugere o próprio título do livro. Além de pensar sobre a produção literária da geração de literatos

---

<sup>1</sup> Nasceu na cidade de Regeneração, Piauí, em 25 de outubro de 1925. Atua como advogado, professor, escritor e ensaísta. Membro da Academia Piauiense de Letras (APL).

da qual fez parte, M. Paulo Nunes reconhece que a preocupação primordial dele e de seus companheiros não eram os debates políticos, pelo menos não no sentido partidário e administrativo. Ao retratar o ciclo de intelectuais do qual fazia parte, ele ressalta que “era quase que ausente do debate das questões políticas”, mas, ele afirma: “eu não quero aliviar a conotação política que nós pudéssemos ter tido” e insiste: “mas quero dizer que no fundamental nós éramos essencialmente românticos, como já disse uma vez, e profundamente preocupados com literatura” (NUNES, 1992, p. 21). Nesse sentido, ao ser inquirido, em entrevista concedida a Cineas Santos e publicada no livro *As Solidões Justapostas* (1992), sobre a influência dos intelectuais na vida política, ele faz um balanço negativo da participação de sua geração, pois

Talvez, talvez tenhamos sido absenteístas, eu me lembro de uma frase famosa do Mário de Andrade, que nós repetíamos nas nossas conversas, nas nossas tertúlias. Disse ele o seguinte, numa conferência famosa, proferida no Itamaraty em 1942, sobre o Modernismo: “Façam ou se recusem a fazer artes, ciências, ofícios, mas não fiquem apenas nisto, espiões da vida, camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões”. Nós não soubemos talvez fazer isso, marchar com as multidões, ficamos isolados com o nosso grupinho, no nosso absenteísmo, vendo a multidão passar, vendo a miséria campear no Piauí, transformado nessa desgraça, onde de um modo geral só os incompetentes e os nulos têm vez, constituindo esta “austera, apagada e vil tristeza”, no dizer do poeta excelso, que é a nossa vida pública (NUNES, 1992, p. 50-51).

*A Geração Perdida* (1979) é uma coletânea de alguns de seus ensaios e críticas, que versam sobre temáticas variadas, mas que gravitam em torno do pensar e do fazer literários, notadamente no que concerne à educação e ao ensino. Por esse diapasão, não se restringe unicamente a questões de cunho de crítica literária, pois aborda assuntos como cultura, sociedade, política e história. Ao mencionar o caráter do sistema educacional em suas dimensões relacionais entre passado, presente e futuro, M. Paulo Nunes insere suas análises em uma das categorias cruciais para a narrativa histórica, o tempo e suas variantes expressas nas noções de temporalidade. É no seio de determinadas temporalidades que as práticas e pensamentos educacionais constituem seus rumos. Rumos tais que não podem

ser dissociados dos agentes que os conduzem, daí a educação não pode ser pensada aquém da temporalidade e da espacialidade da qual e para qual surge.

Dentre os muitos assuntos discutidos pelo autor encontram-se os ligados à educação e ao ensino, notadamente o ensino de literatura. Sobre tal, M. Paulo Nunes menciona o papel da Faculdade de Filosofia e as discussões acerca da reformulação do ensino dos antigos 1º e 2º graus, sobretudo no ano de 1971, com a Lei 5692/71, que realiza normatizações sobre o ensino de 2º grau e seus alcances no ensino de 1º grau.

Vale lembrar que a Faculdade de Filosofia do Piauí foi implantada em 1957, com a forte iniciativa da Igreja Católica, sobretudo sob a liderança de Dom Avelar Brandão Vilela, que havia criado a Sociedade Piauiense de Cultura. A Faculdade de Filosofia do Piauí nascia com o intuito de contribuir para a melhor formação dos profissionais no estado, seguindo uma forte tendência nacional da época, com a expansão do número de instituições de ensino superior em todo o país.

A partir dessas considerações preliminares, é importante dizer que o presente estudo tem por objetivo principal analisar a atuação e o posicionamento de alguns intelectuais e literatos acerca da estruturação do ensino, sobretudo no que se refere ao ensino de Literatura no Piauí, entre a década de 1950 e o ano de 2007, discutindo os limiares entre o local e o nacional. O recorte inicial se dá pela atuação e destaque atribuídos à Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, cuja criação foi marcada por tensões e conflitos. Perpassa, ainda, pela criação da Universidade Federal do Piauí, cujas relações de poder foram potencializadas pelas circunstâncias políticas do período. O recorte final justifica-se por ser a retomada da discussão acerca da delimitação e aplicação da obrigatoriedade do ensino de “literatura piauiense” nas escolas públicas e privadas do estado, além do papel das universidades nesse debate. Metodologicamente, o estudo se deu mediante a leitura analítico-interpretativa de artigos e crônicas do livro *A Geração Perdida* (1979) e *As Solidões Justapostas* (1992), de autoria de Manuel Paulo Nunes; das Leis 5692/71 e 5.464/2005; bem como de artigos de intelectuais, publicados em sites e blogs, todos versando sobre tal ensino.

O presente estudo, ainda, visa a compreender dois momentos relativamente distintos sobre os posicionamentos de intelectuais acerca da educação, do ensino e da literatura, tomando por base questões de fronteira. As fronteiras são aqui pensadas não somente como a delimitação física e geográfica, mas aquelas que tomam tal delimitação para instaurar discursos que legitimem classificações entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Dessa maneira, toma-se a Faculdade de Filosofia do Piauí, como ponto

inicial desse debate, por ter sido com ela que se começou a pensar quais os limites entre tais fronteiras. A literatura e o ensino, tidos como “piauienses”, vão ser tomados aqui como ponto de problematização, visto que o “ser piauiense” não pode ser visualizado como algo dado, mas sim como constituinte de um processo de (re)invenção de identidades. Por esse diapasão,

Discutir, portanto, o poder ou a decadência da literatura e o lugar que ela hoje ocupa ou não na sociedade implica, cada vez mais, levar em consideração a realidade e as motivações políticas, econômicas e sociais do presente, sem o que permaneceremos adiando a formação de uma indispensável consciência crítica (HELENA, 2006, p. 14).

Vale enfatizar que a literatura é aqui tomada como ponto de disputa de poder, pois a própria literatura vai ser tomada, principalmente por parte de intelectuais, como a manifestação do poder intelectual e de sua ressonância em outras instâncias sociais e político-institucionais. Por esse diapasão, é que, importante lembrar, que os estudos culturais foram importantes, desde as décadas de 1980 e 1990, para se pensar as práticas humanas. Os textos literários, e a própria literatura, assumem seu papel de relevância no momento em que se constituem como discursos que também (re)criam o mundo. Assim, na esteira do que assevera Roger Chartier (2002; 1990), é pertinente dizer que os textos literários demonstram as representações e as apropriações que deles podem ser feitas. A literatura se encontra, em larga medida, nas disputas de tais representações e apropriações.

Por esse diapasão, a literatura não deve ser vista como uma “fonte” para justificar teorias e hipóteses aprioristicamente. Pelo contrário, os textos literários podem fornecer impressões de realidade que documentos outros não permitiriam. É fundamental que o historiador perceba na literatura as possibilidades e não somente os encaixes. Nesse sentido,

[...] a publicação das obras implica sempre uma pluralidade de atores sociais, de lugares e dispositivos, de técnica e gestos. Tanto a produção de textos quanto a construção de seus significados dependem de momentos diferentes de sua transmissão: a redação ou o texto ditado pelo autor, a transcrição em cópias manuscritas, as decisões editoriais, a composição tipográfica, a correção, a impressão, a representação teatral, as leituras. É

nesse sentido que se podem entender as obras como produções coletivas (CHARTIER, 2002, p. 10).

As relações não ficam estritas nas análises estéticas, estruturais ou de vínculo social. Os textos literários são o amálgama de dizeres, saberes e práticas. São textos, contextos e intertextos que compõem sua dimensão da escrita e da leitura.

Os relatos que constituem esse estudo se cruzam nas tensões entre a escrita e a oralidade, pois ambos são olhares e discursos que (re)constróem a realidade de quem faz o discurso e de quem com ele tem contato. O leitor ou o ouvinte está imerso no jogo das palavras, das seleções de memórias e das construções que as cercam. Os silêncios são tão fundamentais quanto os dizeres. A análise dos relatos escritos se fundamenta, dentre outros aspectos, em função de que “a história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos” (SIRINELLI, 2003, p. 245). Nesse sentido, como alertam Marieta Ferreira (2012; 1996) e Verena Alberti (2010; 2007), as fontes orais, colhidas por meio de depoimentos e relatos, assumem papel privilegiado na construção de memórias, pois apontam para possibilidades de eventos, acontecimentos e experiências que as fontes escritas não dariam conta de expor. Por esse viés,

[...] o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais: os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios (FERRERIA, 2012, p. 177).

Chama-se a atenção ao fato de que, assim como nos registros escritos, as fontes orais também possuem subjetividades, intencionalidades, interesses, ideologias, preconceitos, mas “pode-se também obter depoimentos orais fidedignos através de procedimentos de contraprova” (FERREIRA, 1996, p. 19). Assim, na relação entre fonte escrita e fonte oral há as dimensões que reconstróem memórias, no caso particular dos relatos orais, como destaca Verena Alberti (2007), não é a busca do preenchimento de lacunas ou de informações inéditas que as credenciam. O que credencia a validade da fonte oral é a recuperação do próprio vivido e experimentado pela perspectiva de quem viveu. Seria a memória em seu sentido de vivência, das sensações, das projeções, das seleções, apagamentos e destaques. Daí, no presente estudo, os depoimentos escritos e os relatos

orais serem utilizados concomitantemente, como forma de tensionar os olhares e fazer com os acontecimentos surjam em sua problemática e não como algo dado.

### **Nos percursos do saber: estruturação e ranhuras do ensino**

Todo sistema educacional visa a transmitir às novas gerações a herança cultural do passado, possuindo, em consequência, muitas vezes, um caráter acentuadamente conservador. Entretanto, educar não é apenas perpetuar o passado uma vez que, toda educação significa também uma resposta aos desafios do presente e, numa visão prospectiva, uma preparação para a vida futura. Há assim a necessidade de questionar o tipo de educação a ser ministrado aos jovens de hoje, o que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos da educação (NUNES, 1979, p. 150).

Antes mesmo de sua implantação, a Faculdade de Filosofia do Piauí foi o motivo para uma querela intelectual e institucional, envolvendo os idealizadores da Faculdade e o jovem escritor, O. G. Rego de Carvalho<sup>2</sup>. Este, ao saber das intenções de Dom Avelar Brandão Vilela em criar a Faculdade, publicou um artigo no Jornal *O Dia*, defendendo a ideia de que somente a metade das vagas de professores da Faculdade deveria ser ocupada por piauienses, sendo que a outra metade deveria ser preenchida por professores oriundos de estados do sudeste e do sul país.

Na concepção de O. G. Rego de Carvalho, deveria acontecer aqui algo semelhante ao que ocorreu no período da fundação da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1934, quando foi realizada a contratação de reconhecidos professores estrangeiros, como foi o caso do etnólogo Claude Lévi-Strauss (1902-1985), do historiador Fernand Braudel (1902-1985), do geógrafo Pierre Monbeig (1908-1987), do filósofo Jean Maugüé (1904-1985) e do sociólogo Roger Bastide (1898-1974), que eram integrantes da missão francesa que se instalou no Brasil no ano de 1935. Em contrapartida, Manoel Paulo Nunes afirmou, posteriormente, já no início da década de 1990, que

---

<sup>2</sup> Orlando Geraldo Rego de Carvalho nasceu a 25 de janeiro de 1930, na cidade de Oeiras, Piauí. Faleceu no dia 09 de novembro de 2013, em Teresina. Ocupou a cadeira número 06, da Academia Piauiense de Letras (APL). Publicou os livros *Ulisses entre o Amor e a Morte* (1953), *Rio Subterrâneo* (1967) e *Somos Todos Inocentes* (1971).

O O. G. foi, talvez, o mais polêmico. Ele se insurgiu aqui contra (um tanto gratuitamente) a criação da Faculdade de Filosofia. Ele achava que nós não tínhamos capacidade, talvez, técnica, para instituir uma escola de Filosofia, e se voltou, sobretudo, contra o diretor dessa escola, o professor Clemente Fortes. Uma polêmica inconsequente (NUNES, 1992, p. 24).

As preocupações iniciais com a instalação e, depois, com o próprio funcionamento da Faculdade de Filosofia do Piauí, estavam, ao que parece, voltadas para a organização das disciplinas, sobretudo no que se refere a materiais didáticos que pudessem contemplar debates mais atualizados para a época. Falando das dificuldades em sua atividade docente na Faculdade de Filosofia, M. Paulo Nunes rememora:

Quando lecionamos, durante dez anos, Literatura Portuguesa na extinta Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, instituição de ensino superior que a despeito da pobreza material em que se debate, poderá ser considerada como fator ponderável de renovação cultural do Estado, uma das dificuldades com que frequentemente nos defrontávamos, em nosso trabalho didático, consistia justamente na falta de bibliografia especializada que pudesse ser fornecida aos alunos dos cursos de letras (NUNES, 1979, p. 41).

Esse quadro de deficiência é mencionado por M. Paulo Nunes ao mencionar a sua participação na I Reunião de Professores de Literatura Portuguesa, ocorrida em Salvador, em 1966; e da XIII Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro, em 1967. Nesses eventos, M. Paulo Nunes diz ter tido contato, dentre outros, com o livro de Massaud Moisés, intitulado *Bibliografia da Literatura Portuguesa*. Esse livro seria visto como uma revolução, pois “o livro do Professor Massaud Moisés vem de fato preencher uma lacuna” (NUNES, 1979, p. 42).

No ano de 1971 é criada a Lei número 5692/71 com o intuito de reformulação da educação brasileira. No olhar de M. Paulo Nunes,

A Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, tem como principal finalidade a de adequar a educação à realidade social do país, dotando-o dos quadros técnicos de nível médio indispensáveis ao atual estágio de nosso desenvolvimento (NUNES, 1979, p. 142).

Segundo M. Paulo Nunes, os esforços que se fizeram a partir dessa lei foram fulcrais para dirimir algumas deficiências na estrutura e aplicação das propostas educacionais no Brasil. Em sua avaliação,

A nova organização curricular, na escola de 1º e 2º graus, conduz naturalmente à desejada coexistência das características da educação geral e da formação especial, procurando romper aquele famoso dualismo que vem marcando a educação brasileira, entre uma educação acadêmica, quase sempre ornamental, destinada “aos nossos filhos”, e outra, a manual, para o trabalho, destinada “aos filhos dos outros” (NUNES, 1979, p. 144).

Um ano após à criação da Lei 5692/71, M. Paulo Nunes faz questão de mencionar a reformulação que tal lei implementou e o seu alcance no ensino superior. Ele disse que

[...] as faculdades de Filosofia e Letras, hoje diversificadas, pela Reforma Universitária, em novas entidades com funções de ensino e pesquisa, vêm representando fator ponderável de renovação dos estudos linguísticos e literários na evolução cultural do País. São elas assim os agentes mais eficazes responsáveis pelo aparecimento, entre nós, de uma nova escola de crítica literária, nos moldes do “new criticism” dos norte-americanos ou do “estruturalismo” dos russos e alemães (NUNES, 1979, p. 100).

A valorização destacada por M. Paulo Nunes, em relação às melhorias decorrentes da Reforma Universitária, para as Faculdades de Filosofia e Letras, estaria na possibilidade de aproximação com modelos de crítica literária de estrangeiros. Isso daria mais subsídios para que a crítica produzida no Piauí pudesse dispor de quadros teóricos e metodológicos mais apropriados. Nesse sentido, dimensões da literatura e da educação do estado começaram a ser mais abordadas pelos intelectuais formados na Faculdade de Filosofia do Piauí.

Nesse sentido, M. Paulo Nunes faz questão de mencionar alguns nomes como exemplo do sucesso da formação oferecida pela Faculdade de Filosofia do Piauí. Dentre eles, cita Francisco Miguel de Moura, que publicara *Linguagem e Comunicação* em O. G. Rego de Carvalho; Luiz Ubiraci de Carvalho, que publicou *Conheça a Nova Ortografia*. Este último fazendo referência aos “recentes acordos celebrados entre a Academia

Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, convertidos afinal na lei brasileira número 5. 765, de 18 de dezembro de 1971.” (NUNES, 1979, p. 101).

As conturbações educacionais se mesclaram, em certa medida, com a ebulição política do país. No Piauí, alguns sujeitos e instituições iam assumindo seus papéis na relação entre educação e política. Era um misto de medo, expectativas e projeções, como se observa no depoimento de Antônio José Medeiros:

Quando houve o golpe, a nossa primeira impressão, a minha primeira impressão era assim, pronto, agora vai haver reformas de bases, a reforma agrária, a reforma universitária, mais sem o perigo do comunismo, então achava que o golpe, que a revolução, como a gente chamava, ia fazer as reformas, tinha apenas afastado o perigo do comunismo (MEDEIROS *Apud* CARVALHO, 2006, p. 184).

A movimentação estudantil e intelectual, ao que parece, no que se refere à efervescência cultural e educacional no Piauí, foi acentuada a partir do ano de 1968, pois

O ano de 1968 foi um ano muito ativo, se antes de 64 até 68, era mais igreja, os intelectuais, esse ano foi um ano de muita mobilização estudantil e eu comecei a fazer Filosofia, ainda não existia universidade, era Faculdade Católica de Filosofia na praça Saraiva [...] [...] não tínhamos assim muita atuação política em 67, passamos a ter atuação mais política em 1968, porque a maioria desse grupo entrou na Faculdade de Filosofia onde o ambiente era mais aberto e num ano que estava tendo muitas coisas no Brasil; tinham passeatas do cem mil no Rio de Janeiro por causa da morte de um estudante, e o que a gente fazia era o seguinte, a gente fazia muito debate na Universidade (MEDEIROS *Apud* CARVALHO, p. 186).

As discussões acerca do ensino giravam, paralelamente, em torno de discussões sociais, políticas e econômicas. Isso estava, em larga medida, impulsionado pelos caminhos tomados pela política no país e no estado. A Faculdade de Filosofia, de certa maneira, rompia, ao olhar de muitos de seus professores e alunos, com os tradicionalismos do ensino, visto que

[...] a Faculdade de Filosofia foi a moçada, os jovens, tanto que no processo de instalação da ditadura militar ela era a instituição mais visada, porque era onde havia mais agitação, mais movimento, mas foi uma Faculdade que trouxe a meu ver uma contribuição significativa à cultura piauiense, no sentido de acrescentar alguma coisa, no sentido de rever os processos de ensino, no sentido de discutir os problemas da cultura sob o enfoque crítico e também em dar uma nova concepção de cultura (NUNES, 1992, p. 27).

Essa mudança no ensino e na cultura, da qual fala M. Paulo Nunes, refere-se à Faculdade de Direito, que, segundo ele, era “conservadora, uma faculdade tradicionalista e estudavam na Faculdade de Direito as pessoas que já estavam instaladas na vida, eram bancários, eram pessoas já realizadas” (NUNES, 1992, p. 27). A Faculdade de Filosofia, então, assumiu um papel de ponto irradiador de discussões, debates e conflitos, não só no âmbito das dimensões educacionais, mas no que se referia mesmo à atuação política de todos os sujeitos envolvidos nas instituições de ensino e fora delas. A situação foi assim retratada:

Entre os estudantes, primeiro ficaram apavorados, a grande massa de estudantes se retraiu, seja pela pressão dos pais, naquele tempo os pais ainda tinham certa ascendência sobre os filhos, hoje isso não existe mais dentro das escolas e aqueles mais arrojados terminaram sendo vítimas do AI V. Uns foram presos, tanto estudantes como professores e na faculdade, eles quiseram intervir, de qualquer maneira, sobretudo na direção das escolas das faculdades, na faculdade mesmo naquela época havia um grupo lá na FAFI que era bastante ativo (SOARES *Apud* CARVALHO, 2006, p. 203).

Nesse sentido, as reformulações na educação e no ensino estavam intimamente relacionadas à participação dos sujeitos que estavam ligados, direta ou indiretamente, com as estruturas que possibilitavam o funcionamento das legislações voltadas para o debate educacional. Isso, segundo M. Paulo Nunes, faz parte da característica intelectual do estado, visto que

O Piauí tem uma tradição intelectual que vem dos antigos, da geração que fundou a Academia Piauiense de Letras. É uma vida que se faz nos cafés,

nos grupos de boemia intelectual, nas conversas das nossas praças. Só existe isso em duas cidades no mundo: Paris e Teresina (NUNES, 1992, p. 38).

Outro exemplo disso pode ser observado no percurso de atuação dos intelectuais na estruturação do ensino superior no Piauí. A Universidade Federal do Piauí (UFPI)<sup>3</sup> tem sido considerada, sobretudo por aqueles ligados à sua fundação, como a maior realização no final da década de 1960 e início da de 1970. Aliás, todo o processo de instituição da Universidade Federal do Piauí fazia parte dos debates que já se configuravam para a reformulação do ensino superior no Brasil. O Decreto n. 60.516/67, de 28 de março de 1967, determina que o excedente de candidatos, que conseguiram nota satisfatória para o ingresso no ensino superior, deveria ser incorporado pelas universidades, realizando suas matrículas. Isso gerou uma série de conflitos, como aquele que aconteceu no início do ano letivo na UnB, em 1967, quando forças policiais invadiram o prédio da instituição para fazer cumprir o Decreto.

Além disso, conforme Cláudia Fontineles (2007), a instalação da Universidade Federal do Piauí estava atrelada, em linhas gerais, ao projeto político-administrativo do regime militar, que fazia a “valorização da técnica, da ciência e do progresso” (FONTINELES, 2007, p. 113), valores retomados e semelhantes aos que vigoraram, por exemplo, no início do regime republicano no Brasil, bem como no período desenvolvimentista da década de 1950. As diferenças, talvez, para além das comuns a cada temporalidade, estavam nos mecanismos e discursos pelos quais tais valores foram manifestados. Segundo Fontineles (2007), no conjunto das obras de modernização do então governador do estado, Alberto Tavares Silva, entre 1971 e 1975, a UFPI está elencada como um dos pontos auge, pois seria o ponto que agregaria todos os valores do regime político. Para Fontineles (2007), tais feitos do governador devem ser analisados sob a luz do período que se convencionou chamar de “milagre econômico brasileiro”, com intensidade entre os anos de 1968 e 1973.

A criação e implantação da Universidade Federal do Piauí se deram, então, nesse processo de ampliação do acesso ao ensino superior, incorporando as Faculdades já existentes no estado:

---

<sup>3</sup> Segundo M. Paulo Nunes (1992), a Universidade Federal do Piauí incorporou todos os cursos existentes na Faculdade de Filosofia, constituindo, então, o Departamento de Letras, o de História e Geografia e o Departamento de Educação. Além disso, os cursos de Matemática e Física, que estavam em início de funcionamento na Faculdade de Filosofia, passaram a compor o Instituto de Ciências Exatas.

A História da Educação do Piauí traz em seus escritos o marco histórico constituído de fatos histórico-políticos que fecundaram a criação da Universidade Federal do Piauí, esta jovem e promissora Instituição Federal de Educação Superior (IFES), a partir da junção de faculdades isoladas até então existentes no Estado: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí, de Teresina, e a Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba (GOMES; SANTOS JÚNIOR. Universidade Federal do Piauí: 40 anos de contribuição à História da Educação do Piauí. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/UFPI%20ESPECIAL%2040%20ANOS.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013).

A Universidade Federal do Piauí assumiu um grande papel de tentativa de legitimar o regime militar como provedor do desenvolvimento e do crescimento do país, bem como do estado. Ela assume a função de canalizar os esforços para a promoção de resultados positivos do estado. Dessa forma, a Universidade constituiria mais um esforço de colocar o Piauí no circuito “intelectual” do restante do país:

Em documentos histórico-oficiais constata-se que a Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 1969). Posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969 (publicado no Diário Oficial da União em 30 de junho de 1969). Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 209, em 22 de dezembro de 1969. Com isso foram criadas as exigências legais que garantiram as condições objetivas para a implantação da Universidade Federal do Piauí, cuja instalação ocorreu em 1/3/1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor Pro Tempore e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. Daquela data em diante começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí (GOMES; SANTOS JÚNIOR. Universidade

Federal do Piauí: 40 anos de contribuição à História da Educação do Piauí. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/UFPI%20ESPECIAL%2040%20ANOS.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013).

Com a égide do regime militar, as especulações e movimentações para a implantação de uma Universidade se deram desde o regime deflagrado. Isso se deu em decorrência de que,

Naquela época, o Piauí estava se movimentando para ter universidade, era um dos estados do Brasil que não tinha, o outro era Sergipe, depois Sergipe conseguiu e ficou só o Piauí. Então o governo se interessou para fazer universidade e como a Faculdade de Filosofia na época era a maior do Estado, tinha a Faculdade de Direito com poucos alunos, a Faculdade de Odontologia tinha poucos, a Faculdade de Filosofia tinha vários cursos, então fez a fundação da universidade, a instituição como a fundação e nessa fundação a arquidiocese tinha lugar no conselho diretor em duas vagas, dois pela arquidiocese, dois do governo do estado por causa da Faculdade de Odontologia, dois da Faculdade de Direito, dois do Presidente da República, um do Ministério da Educação e um da Faculdade da Parnaíba de Administração. Então cada uma dessas entidades indicava dois membros do conselho diretor que eram quem dirigia a universidade (SOARES *Apud* CARVALHO, 2006, p. 2007-2008).

Por esse diapasão, é pertinente dizer que, assim como na Faculdade de Filosofia, os intelectuais tiveram papel importante das disputas de poder no tocante à implantação e gerenciamento da Universidade Federal do Piauí. É interessante notar que, em geral, os empenhados em efetivar a instalação da Universidade se agarravam, dentre outros, ao argumento de que o Piauí era um dos poucos estados que ainda não possuía uma instituição naqueles moldes. Nesse sentido, a implantação da Universidade não pode ser pensada unicamente no ambiente das disputas de poder no sentido unicamente político, pois se deu, também, nas disputas simbólicas de poder, ligadas às dimensões da intelectualidade.

Reforçando essa inter-relação entre intelectuais e política, M. Paulo Nunes, em tom de descontentamento e desabafo, fala de sua participação no processo de organização do projeto de implantação da Universidade Federal do Piauí. Em suas palavras:

Eu instituí a Universidade, presidi a comissão que instituiu a nossa Universidade. Acompanhei, debati, junto com o Conselho Federal de Educação, todo o processo de instituição dos instrumentos básicos da universidade, que foram seus estatutos, o Estatuto da Fundação e o Estatuto da Universidade. Eu acompanhei todo esse processo, essa tramitação e todo mundo achava que como consequência natural das coisas, eu seria escolhido reitor, mas os donos do poder àquela época não o quiseram, porque acharam que outras pessoas é que deveriam ser indicadas, justamente por isso, porque eu sempre fui partidário do debate das ideias (NUNES, 1992, p. 28).

Dessa forma, M. Paulo Nunes não assume a reitoria da Universidade Federal do Piauí, acusando que “os donos do poder”, ou seja, os aliados do regime militar, não o queriam no cargo. Essa objeção a seu nome dar-se-ia em decorrência de que, mesmo não tendo intensa participação política, M. Paulo Nunes fora considerado subversivo pelos militares. Seu descontentamento se dá, também, porque ele fora designado pelo então governador do estado, Helvídio Nunes, para exercer a função de presidente da Fundação do Ensino Superior no Piauí. Sua tarefa era superintender a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Odontologia, ambas escolas superiores estaduais, além de instituir a Universidade. Mesmo diante desse cargo, ele não teve seu nome indicado e/ou aceito para assumir a reitoria daquela instituição de ensino superior. Para enfatizar as suas ranhuras com o regime militar, ou pelo menos com os seus simpatizantes no Piauí e em outras partes do país, M. Paulo Nunes diz que estava

No auge das torturas. Diz-se que houve uma exigência dos militares, dos políticos, não sei, para que eu não fosse reitor, pois era considerado subversivo, por isso fui embora para Brasília. Lá comecei do zero. Comecei como simples funcionário, trabalhando no Departamento, e quando cheguei ao gabinete do ministro com as minhas ideias de renovação, querendo fazer alguma coisa no sentido de divulgar as publicações do MEC da maneira mais acessível à população, veio a mesma onda contra mim, e eu deixei o gabinete do ministro sem saudades (NUNES, 2012, p. 55).

Esse estranhamento entre M. Paulo Nunes e o regime militar, como ele mesmo ressalta, foi “um momento marcante” em sua vida. Ele diz que o seu trabalho junto ao MEC, sobretudo na Inspeção Seccional do Ensino Secundário, lhe rendeu bom trânsito no Ministério, pois reconheciam o seu trabalho. No entanto, ele volta a se lembrar de que “era tido como pessoa de ideias avançadas aqui. Os militares, por exemplo, alguns não me toleravam” (NUNES, 2012, p. 85). Ele afirma que nunca chegou a ministrar aulas na Universidade Federal do Piauí, pois, a partir dos episódios da escolha do primeiro reitor, ele fora transferido para Brasília. Mas ele mantinha o seu vínculo com a Universidade, visto que “o professor ia para lá com as mesmas vantagens do cargo da FAFI, levaria para a nova função sua condição de professor titular da FAFI”, mas, “quando o reitor mandado por Brasília assumiu, excluiu-me de lá, cassou minha titularidade, como cassou a de outros” (NUNES, 2012, p. 89).

As ranhuras entre ele e demais intelectuais e políticos se davam, em parte, pelo fato de ele manter contato com grupos diferentes, como ele mesmo admite: “Eu tive amigos de um lado e de outro, do lado do pessoal da direita e do lado do pessoal da esquerda. Convivia bem com os dois lados” (NUNES, 2012). Convívio esse que não causava boa impressão, especialmente entre os militares. Tal estranhamento deveu-se, também, pela sua aproximação ou identificação com a esquerda política. O fato de ter amigos dos “dois lados” explicaria, em partes, a situação de, ao mesmo tempo em que ele era “perseguido” e rejeitado pelos militares no Piauí, ele assumia cargos junto ao Ministério em Brasília, o que, *a priori*, parece contraditório. Por tal raciocínio, ele, então, resume a sua situação político-ideológica naquele momento:

Evidentemente que eu me identificava mais com a esquerda, que estava mais de acordo com a minha formação política e intelectual. Isso para mim era um entrave. Fez com que eu saísse daqui para Brasília. De certa forma, contribuiu para cavar um fosso entre mim e o sistema político dominante. Naquela época, eu era considerado subversivo, como então se dizia (NUNES, 2012, p. 85).

Essa “locomoção” de M. Paulo Nunes, por vezes tortuosa, entre os diferentes lados da vida política, remete, em larga medida, às proposições de Sirinelli (2003), no que concernem à complexidade dos estudos da intelectualidade, “porque não existe um – ou mais de um – partido dos intelectuais” (SIRINELLI, 2003, p. 244), em razão dos diversos interesses e da própria mutabilidade da categoria como conceito. Sobre sua atuação direta

em movimentos político-partidários, como se teria sido comunista, M. Paulo Nunes diz que sua preocupação era com a movimentação política direcionada para o ensino e para a cultura. Segundo ele, “o cidadão, o intelectual, não é preciso que ele participe para que tenha uma opção política. O cidadão tem que ter uma opção” (NUNES, 1992, p. 28). É perceptível a cautela do intelectual em não se comprometer com qualquer movimentação político-partidária direta, da mesma forma como ele fala do regime ditatorial de maneira genérica, resguardando-se de citar nomes daqueles que, segundo ele, os perseguiram.

M. Paulo Nunes ainda relata que, ao retornar ao Piauí, após anos em Brasília, não queria mais assumir nenhuma direção ou cargo. Já estava aposentado quando, em 1992, o então governador do Estado, Freitas Neto, resolveu reativar o Conselho Estadual de Cultura, criado em 1965 no governo de Petrônio Portella, e lhe convidou para assumir a presidência.

As disputas pelos cargos e poder, em relação à reitoria da Universidade Federal do Piauí, continuaram após sua instalação. Os conflitos se expandiram, também, para as decisões das políticas de organização administrativa daquela instituição:

[...] quando Alberto Silva foi nomeado pela primeira vez pela “revolução”, ele disse que só viria pra cá se conseguisse um reitor lá na universidade de Brasília. Aí veio o professor Êlcio... Foi o segundo reitor. O professor Êlcio que veio mudou muita coisa, inclusive mudaram o estatuto da universidade que não podia mudar. Fizeram isso naquela época que não podia. Tiraram um membro da Arquidiocese do Conselho Diretor e deixaram só um e fizeram todas essas coisas. E quando eu terminei meu mandato, me comuniquei com o reitor, perguntando como é que ia ficar minha situação. Naquela ocasião havia regime de serviço de 12 horas e 20 horas, 40 horas e tempo integral, ele disse: O Senhor fica com 12 horas. Aí ele me transferiu da Faculdade de Filosofia para a Faculdade de Educação. Aí eu disse pra ele que não aceitava, porque não tinha graduação em Letras, eu era formado em Filosofia e não ia pra letras. Aí ele me voltou para o departamento de Filosofia. E aí foi isso, até que veio depois, o Petrônio conseguiu tirar o reitor por razões políticas e nomeou o professor Camilo e o professor Camilo retomou de novo a Faculdade de Filosofia. O professor Êlcio queria acabar com o curso de filosofia, porque era a política do país naquele tempo todo. Eles queriam acabar com todos os cursos de Ciências Humanas, economia, sociologia, filosofia porque era o

peçoal que discutia mais, que era mais contestador. Ele queria enfatizar a parte técnica (SOARES *Apud* CARVALHO, 2006, p. 2009).

Havia, dessa maneira, não somente uma disputa pelos espaços e cargos nas instituições. Havia, concomitante a isso, o embate de forças no nível das posturas ideológicas, sobremaneira no que tangia à produção e controle dos saberes. Essas disputas, no campo ideológico, se disseminam, também, no campo do imaginário e das identidades, como é o caso dos usos e abusos da literatura para a (re) invenção de regionalismos e nacionalismos.

### **Disputas conceituais: intelectuais, legislação e ensino de literatura**

A literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico porque ela faz apelo às emoções e à empatia. (...) ela percorre regiões que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece em seus detalhes (COMPAGNON, 2009, p. 64).

A abrangência da literatura, em meio às regiões que percorre, faz com que ela mesma seja elemento de disputa, ou seja, a própria literatura se expressa como o poder do pensar, notadamente na escrita. Em razão disso, as fronteiras que são atribuídas ao fazer literário demarcam relações de poder que se configuram na delimitação de espaços, especialmente entre o que seja compreendido como local, regional, nacional e universal. Esse âmbito desperta, também, discussões político-administrativas, configuradas em projetos de lei.

Por razões de circulação e consumo, sobretudo por questões socioeconômicas, a maioria das crianças, jovens e adultos não tinha conhecimento da produção literária “piauiense”, como têm alegado muitos escritores. Em razão disso, no ano de 2005, foi decretada a lei estadual nº. 5.464/2005, de 11 de julho, que determinava a obrigatoriedade do ensino de Literatura Brasileira de Expressão Piauiense, nos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e privadas do estado do Piauí. Isso demonstra que, de forma esporádica, dependendo dos projetos pessoais de cada professor de literatura, os autores piauienses eram lidos pelos estudantes. Tal realidade contribuía para um grande

desconhecimento dos jovens em relação à escrita dos literatos. Em geral, os estudantes somente liam resumos de algumas obras, já no último ano do ensino médio, por exigência de livros que seriam cobrados no exame vestibular das universidades públicas do estado. O público leitor dos literatos “piauienses”, e O. G. Rego de Carvalho estaria nesse grupo, continuava restrito aos estudiosos das Academias e das universidades. Essa situação de obrigatoriedade parece não ter sanado as deficiências, até mesmo pelo fato de a lei não ter tido, nos anos seguintes, aplicabilidade ou gestão, como ressalta Kenard Kruel, em seu blog, no ano de 2009, quando diz:

Muito bem: a Lei é de 11 de julho de 2005. O Art. 3º determina que, no prazo de noventa dias, a partir de sua publicação, o Conselho Estadual de Educação defina a normatização para a sua execução. Isso, pelas minhas contas, seria no dia 11 de outubro de 2005. Estamos no dia 24 de agosto de 2009 e nada de novo aconteceu na ordem do dia D (KRUEL, Kenard. Literatura brasileira de expressão piauiense. Artigo postado em 24 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://krudu.blogspot.com.br/2009/08/literatura-brasileira-de-expressao.html>>. Acesso em: 26 maio 2013).

Kenard Kruel fez esse comentário em seu blog na mesma ocasião na qual divulgava um curso que iria ministrar em uma escola privada de Teresina, tratando sobre literatura piauiense, com o título de “Literatura Piauiense: das origens aos nossos dias”. Esse curso seria fruto de seu descontentamento, também, à não aplicação e efetivação da lei. Tal descontentamento está em outros intelectuais da região nordeste do país, basta lembrar-se do discurso de Waldênio Porto, que, em 2005, como Presidente da Academia Pernambucana de Letras, proferiu um discurso inflamado, reclamando da não valorização dos livros e autores nordestinos por parte das editoras. O discurso se deu na ocasião da abertura do I Congresso das Academias de Letras do Nordeste, em 14 de outubro de 2005. Ele professou que

Precisamos nos esforçar pela aprovação, em cada estado e cidade, de uma lei que obrigue todas as livrarias a divulgarem com destaque e venderem os livros dos escritores locais, com os mesmos percentuais de desconto, assim como é necessário que as Academias se disponham a fiscalizar e exigir o cumprimento da determinação legal, para que não seja mais uma lei das que não “pegam” (PORTO, 2005, p. 129).

Waldênio Porto ainda chama a atenção para o fato do pouco diálogo entre as Academias de cada estado e mais, do pouco contado que as Academias fazem com aquelas de cada cidade, especialmente as do interior. Segundo ele, é fulcral que se faça o intercâmbio e a interiorização da cultura, como forma de “debatermos os problemas, acharmos as soluções e partirmos, sertanejamente, para o trabalho” (PORTO, 2005, p. 129). No intuito de mostrar essa insatisfação, Waldênio Porto faz a enumeração de todos os aeroportos das capitais dos estados nordestinos e diz que, infelizmente, não se encontra nas livrarias nenhum livro dos escritores de cada estado. No caso piauiense, Waldênio Porto destaca que é inadmissível não encontrar livros de Celso Barros Coelho, Da Costa e Silva e M. Paulo Nunes, que, pelos nomes citados, eram aqueles os quais Waldênio Porto mais conhecia, demonstrando que outros nomes não figuravam entre os escritores piauienses com os quais já teve contato de leitura.

Em decorrência disso, é que o livro de Francisco Miguel de Moura sobre O. G. Rego de Carvalho se configura como uma empreitada árdua, visto que, na década de 1970, a literatura piauiense estava, ainda, em situação nebulosa. José Gilson das Chagas<sup>4</sup>, em artigo publicado no site *Recanto das Letras*, comentou que o livro de Francisco Miguel de Moura havia causado grande e boa repercussão. Segundo ele, comentários positivos, como os do escritor piauiense, Fontes Ibiapina, retratam bem a qualidade do trabalho do crítico literário. José Gilson das Chagas comentou sobre sua relação com Francisco Miguel de Moura:

Este, a quem eu conhecia de Santo Antônio Lisboa e, à época, já com 3 livros na praça, era nome emergente na literatura do estado. Dentro de um contexto mais amplo, disse-nos Fontes Ibiapina, sem reserva: “O livro de Chico Miguel, *Linguagem e Comunicação em O. G. Rego de Carvalho*, é tão bom quanto a própria obra por ele analisada (CHAGAS, Francisco José das. *Linguagem e comunicação: Gilson Silva fala sobre Chico Miguel*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3905877>>. Acesso em: 14 out. 2013).

---

<sup>4</sup> José Gilson das Chagas nasceu em Santo Antônio de Lisboa, no Piauí. É professor universitário no Curso de Ciências Contábeis, em Brasília-DF. Além de livros técnico-acadêmicos, também escreveu romances e ensaios.

Esse comentário de Fontes Ibiapina foi feito diretamente a José Gilson das Chagas, no ano de 1973, na residência irmão caçula de Fontes Ibiapina, Antônio Ibiapina<sup>5</sup>, na cidade de Picos, no Piauí. José Gilson das Chagas, mesmo morando em Brasília, buscava manter contato com a produção intelectual piauiense. Sua relação com Francisco Miguel de Moura dava-se, em grande medida, pelo fato de ambos serem oriundos da mesma cidade do interior do Piauí. Para tecer elogios sobre o livro de Chico Miguel, Gilson das Chagas menciona a oportunidade na qual Fontes Ibiapina fez comentário enaltecendo o livro do conterrâneo literato. Dessa maneira, o contato e a amizade entre Chico Miguel e Gilson das Chagas fizeram com que, de forma indireta, a obra de O. G. Rego de Carvalho chegasse um pouco mais a outra localidade no país.

Contudo, como ressalta Gilson das Chagas, a divulgação e o reconhecimento de escritores e intelectuais piauienses ainda são parcos em outras esferas da federação. Segundo Gilson das Chagas, esse isolamento da literatura piauiense deve-se, em parte, a “algumas causas visíveis, como os históricos estigmas que, no curso dos séculos, operam e perduram contra as regiões e unidades federativas de menor expressão socioeconômica” (CHAGAS, Francisco José das. *Linguagem e comunicação: Gilson Silva fala sobre Chico Miguel*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3905877>>. Acesso em: 14 out. 2013).

No tocante a possíveis comparações entre O. G. Rego de Carvalho e outros literatos, quanto às suas concepções de romance, Francisco Miguel de Moura é categórico em apresentar suas negações em relação a isso, visto que é fundamental que

Há sensíveis diferenças na concepção de ficção entre Euclides da Cunha e Graciliano Ramos, e entre eles e O. G. Rego de Carvalho. Para Euclides da Cunha o verdadeiro romance teria que ser épico; para Graciliano, dramático. O. G. Rego não é exclusivamente épico ou dramático; o lirismo é o tom dominante, embora que bem dosado com fundos heroicos (em “Ulisses”), com notas de tragicidade (em “Rio Subterrâneo”), com dramas (em “Somos Todos Inocentes”) (MOURA, 1972, p. 17).

Ao destacar essas distinções e aproximações, Francisco Miguel de Moura é cauteloso a tal ponto de não enquadrar O. G. Rego de Carvalho em uma filiação de narrativa, como alguns críticos intentaram fazer. Para endossar tais diferenciações,

---

<sup>5</sup> Antônio de Moura Ibiapina, conhecido como Pebinha, nasceu no dia 8 de fevereiro de 1926, na localidade Lagoa Grande, no município de Picos, Piauí. Era poeta popular e gostava de acompanhar as manifestações culturais da cidade de Picos. Faleceu em 10 de setembro de 2010.

Francisco Miguel de Moura diz que “No âmago de seu estilo, enxergamos o amor extasiado, a esperança na procura do ser; nunca o pessimismo de Machado de Assis nem a ironia de Graciliano Ramos” (MOURA, 1972, p. 17).

O debate sobre a delimitação do “ser piauiense”, sobretudo no ensino da literatura, voltou a figurar entre os intelectuais e letrados, a partir de uma proposta lançada pelo deputado estadual, Evaldo Gomes, do PTC. Sua iniciativa foi noticiada chamando atenção para as alterações na constituição estadual sobre o certame:

O deputado estadual Evaldo Gomes (PTC) apresentou projeto na Assembleia Legislativa para fazer valer o ensino de literatura piauiense nas redes pública e privada de ensino. Segundo ele, uma mudança na constituição estadual fez com que o ensino da disciplina, já obrigatório, fosse ignorado pelas escolas. Na justificativa, o deputado afirma que a lei já existente virou “letra morta” em 2005, quando o termo “literatura piauiense” foi substituído por “literatura brasileira de expressão piauiense”. “Ora, se existe uma literatura cearense, pernambucana, maranhense, catarinense, paranaense, por que então não poderá existir uma “literatura piauiense”?”, questionou Evaldo Gomes. Pelo novo projeto, será criado o Comitê Gestor do Programa do Livro na Escola, com representantes da Assembleia Legislativa, Academia Piauiense de Letras, Sindicato das Escolas Particulares, Sistema Estadual de Ensino e União Brasileira de Escritores. Entre suas missões, o grupo terá de auxiliar na implantação curricular da disciplina. O projeto define até o conteúdo das disciplinas do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental e do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio. Os livros serão adotados pela Biblioteca Básica do Autor Piauiense, também a ser criada, e a seleção será feita em solenidade pública. A proposta ainda será analisada pelas comissões da Assembleia Legislativa (LIMA, Fábio. Deputado quer alterar lei e obrigar ensino de literatura piauiense. Publicado originalmente em 24/03/11. Disponível em: <<http://www.cidadeverde.com/deputado-quer-alterar-lei-e-obrigar-ensino-de-literatura-piauiense-75125>. > Acesso em: 22 nov. 2013).

Por essa proposta, que ainda tramita na Assembleia Legislativa, aguardando alterações e avaliações, há uma mudança nas concepções entre o que é nacional e o que é local. Enquanto os autores anteriores destacam a dimensão nacional com expressão local, a proposição do deputado busca demarcar melhor as distinções entre tais fronteiras.

Novamente o debate se acirrou, pois se voltou o olhar para saber o que definiria um “autor piauiense”, quais os critérios para tal classificação. Na percepção do deputado, não há o que questionar, pois a “literatura piauiense” existe, assim como também existe a literatura de outros estados. A dimensão político-ideológica está no fato de que se deve problematizar os inúmeros interesses envolvidos na defesa de tal literatura, mas, principalmente, tornar isso uma questão para um objeto dado. Isso significa, entre outros aspectos, que a “literatura piauiense” está além das classificações de sistemas e de gêneros, mas nas ranhuras do campo, como destaca Pierre Bourdieu (2010) e nos delineamentos de aproximação dos microcosmos, como salienta Jean-François Sirinelli (2003).

Assim, a intelectualidade no Piauí tem se dedicado não só ao que se chamaria de produção de conhecimento. O próprio conhecimento e seus lugares de circulação têm sido foco dos intelectuais, que ora se dedicam mais diretamente aos rumos da vida político-administrativa, ora se movimentam nas disputas conceituais e metodológicas da manutenção de seus campos, sejam no sentido mais macro de atuação, sejam nos mecanismos de relações de poder nos microgrupos. A política pensada e encabeçada pelos intelectuais, dessa maneira, não se deu em única esfera, visto que eles transitam, às vezes de maneira conflituosa, por muitas delas. É indispensável destacar que “a discussão sobre as aproximações e as divergências entre literatura e poder seja também matéria das relações entre a literatura, o pensamento e a vida política, econômica, social e subjetiva das comunidades” (HELENA, 2006, p. 11). Aqui foram apresentadas somente algumas dessas possibilidades de visualização dessa política sendo experimentada de diferentes maneiras.

### **Considerações Finais**

A aproximação entre intelectuais e atuação política é uma esfera, como qualquer dimensão nas ciências sociais e humanas, repleta de objetos e problemas, cujos olhares e interpretações variam muito conforme os recortes temáticos, epistemológicos e documentais. Nesse sentido, a vinculação aqui estipulada esteve no que concerne ao ensino, transitando entre as leis, instituições e disciplinas específicas, como o caso da literatura. Dessa maneira, foi possível visualizar as inter-relações entre a produção intelectual e as disputas de atuação no sentido mais amplo do termo política. A participação de intelectuais nas instituições de ensino, nas legislações e na construção de elementos identitários foram alguns dos pontos norteadores do estudo, com o propósito mesmo de despertar inquietações e questionamentos, não respostas.

No ambiente das relações de força, a estruturação das leis de ensino e das instituições de ensino, sobretudo do ensino superior, como foram os casos da Faculdade de Filosofia e da Universidade Federal do Piauí, revela um entroncamento de interesses. Isso se dá por meio dos silêncios que ainda pairam sobre as relações entre os intelectuais que estavam à frente de tais instituições e os acontecimentos políticos.

Nesse recorte temporal e temático aqui analisado, percebeu-se que as discussões acerca do ensino, em sua variação ao ensino de literatura, permearam debates que remetem a questões de fronteira. A literatura torna-se, dessa maneira, como mecanismo de disputa e manutenção de poder, na conquista dos espaços. É importante ressaltar que, como signo e símbolo, a literatura não se apresenta somente como expressão artística de pura contemplação, mas em seu viés de caráter ideológico e de representação, de constituição de identidades.

Nas disputas entre o “nacional” e o “local”, os intelectuais, artistas, escritores e, em certa maneira, políticos de maneira geral, buscam legitimar espaços, com o intuito de cristalizar marcas culturais. A literatura, por meio de seu ensino, é retomada como mais um elemento que reforçaria o pressuposto de uma identidade, de unidade, que se constituem como mais uma vertente do processo de constituição da experiência política.

Como ressaltou Sirinelli (2003, p. 244), “o estudo dos intelectuais como atores do político é portanto complexo”. Abordar as nuances da história da intelectualidade é enveredar por um vasto oceano, no qual as ilhas de discussão não pretendem ser “o porto seguro”, mas a busca de energias e de fôlego para o desbravamento de águas mais profundas e o conhecimento de outras ilhas, de outras terras, de outras marés. Ilhas tais que, apesar do aparente distanciamento sugerido pelas águas escuras e turvas, possuem seu ponto de ligação, na esfera subterrânea: o político. Visto que não há narrativa e nem conhecimento historicamente construído que não parta de interesses, desejos, conflitos e ideologias. Os relatos, aqui analisados, demonstram, então, as tensões que engendram o pensar e fazer intelectual no âmbito das relações político-institucionais.

## Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHARTIER, Roger. *Do Palco à Página: publicar teatro e ler romances na época moderna: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. *História Cultural: entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Tadei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CHAGAS, Francisco José das. *Linguagem e comunicação: Gilson Silva fala sobre Chico Miguel*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3905877>>. Acesso em: 14 out. 2013.

FERREIRA, Marieta de Moares. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

\_\_\_\_\_. História oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Entre Heráclito e Parmênides: a modernização em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: FRANCO, R. K. G.; VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs.). *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 110-125.

GOMES, Antônio José; SANTOS JÚNIOR, Luiz Souza. *Universidade Federal do Piauí: 40 anos de contribuição à História da Educação do Piauí*. Disponível em:

<http://www.ufpi.br/arquivos/File/UFPI%20ESPECIAL%2040%20ANOS.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

HELENA, Lúcia. A literatura tem poder? In: HELENA, Lúcia; PIETRANI, Anélia (Orgs.). *Literatura e poder*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/CNPq, 2006, p. 09-15.

KRUEL, Kenard. *Literatura brasileira de expressão piauiense*. Artigo postado em 24 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://krudu.blogspot.com.br/2009/08/literatura-brasileira-de-expressao.html>>. Acesso em: 26 maio 2013.

LIMA, Fábio. *Deputado quer alterar lei e obrigar ensino de literatura piauiense*. Publicado originalmente em 24/03/11. Disponível em: <<http://www.cidadeverde.com/deputado-quer-alterar-lei-e-obrigar-ensino-de-literatura-piauiense-75125>>. Acesso em: 22 nov. 2013  
<http://www.cidadeverde.com/deputado-quer-alterar-lei-e-obrigar-ensino-de-literatura-piauiense-75125>

MEDEIROS, Antônio José de Castelo Branco. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Set. 1997. In: CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre Igreja*

Católica e regime militar em Teresina. Dissertação (Mestrado). Teresina: Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2006.

MOURA, Francisco Miguel de. *Linguagem e comunicação em O. G. Rego de Carvalho*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

NUNES, Manoel Paulo. *As solidões justapostas*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *A Geração Perdida: ensaios e notas críticas*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

PORTO, Waldênio. Em defesa do livro, do escritor e da identidade cultural nordestina. In: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. n. 63, Ano LXXXVIII, dez. 2005, p. 129.

QUEIROZ, Teresinha (Org.). *Conversas com M. Paulo Nunes*. Teresina: EDUFPI, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUEFGV, 2003, p. 230-269.

SOARES, Padre Raimundo José Airemoraes. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, Abr. 1998. In: CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre Igreja Católica e regime militar em Teresina*. Dissertação (Mestrado). Teresina: Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2006.